



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- MPV 688/15 - Repactuação do risco hidrológico é aprovado na Câmara;
- CCJC aprova prioridade às iniciativas da indústria nacional em programas de eficiência energética;
- Câmara discute, em Comissão Especial, medidas para aprimoramento do Pacto Federativo;

MPV 688/15 - Repactuação do risco hidrológico é aprovado na Câmara

Foi provada há pouco, na Câmara dos Deputados, depois de intensos debates, a Medida Provisória 688/15, na forma do Projeto de Lei de Conversão 23 de 2015.

O texto permite a repactuação voluntária do risco hidrológico das usinas hidrelétricas, com a oferta de contrapartida na transferência desse risco do gerador para o consumidor e autoriza a relicitação das concessões de 29 hidrelétricas com contratos vencidos, com cobrança pela outorga.

Foram ainda incorporados ao texto dois temas constantes da Agenda Legislativa da Indústria 2015:

- ✓ **Priorização da Indústria Nacional em projetos de eficiência energética;**
- ✓ **Descontos nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição para autoprodutores de energia.**

O único destaque aprovado retirou do texto da Comissão Mista dispositivos que tratavam de autorização para empreendimento de geração de energia elétrica com prazo de outorga de até 30 anos, prorrogáveis por igual período, condicionada à venda de pelo menos 50% da energia do empreendimento no mercado regulado.

O PLV segue para o Plenário do Senado Federal e perde eficácia em 15/12/2015.



CCJC aprova prioridade às iniciativas da indústria nacional em programas de eficiência energética

Foi aprovado hoje, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, substitutivo ao PL 3672/2012 (PLS 430/2011), de autoria da Senadora Ana Amélia (PP/RS). O texto determina que os investimentos destinados a Programas de Eficiência Energética devem priorizar as iniciativas da indústria nacional.

O projeto corrige a distorção na aplicação dos recursos de eficiência energética, pois a proposta de priorização da indústria facilitará o alcance das metas de eficiência previstas no Plano Nacional de Eficiência Energética e contribuirá para o aumento da competitividade da indústria nacional.

Em razão da aprovação de substitutivo, a proposição retorna ao Senado Federal, se antes não for interposto recurso para Plenário.

Câmara discute, em Comissão Especial, medidas para aprimoramento do Pacto Federativo

A Comissão especial destinada a analisar propostas relacionadas ao Pacto Federativo realizou audiência pública com a presença de Paulo Rabello de Castro, economista e coordenador do Movimento Brasil Eficiente.

Segundo o palestrante a configuração atual do sistema federativo está “apequenado”, uma vez que os Estados mantêm uma dependência múltipla em relação ao poder central nas esferas financeiras, econômica e regulatória. Paulo destacou como um impasse o aumento do nível de transferências federais que têm ocasionado um aumento da dívida dos Estados em relação à União, considerando o percentual da dívida consolidada sob a receita líquidas dos entes estaduais.

Dentre as soluções ponderadas, o convidado levantou a necessidade de uma reforma tributária para levantar a capacidade de investir das empresas. Na sua percepção, dentre as medidas para a simplificação fiscal, está a necessidade de se criar um ICMS a nível nacional compartilhado, financiando a União, os Estados e Municípios, além de se fazer um maior esforço para desonerar a produção industrial, tributado-se a renda.

Por fim, Castro propôs também a criação de um Programa de Aceleração de Infraestrutura (PAI), no qual parte dos pagamentos, por parte dos entes federados, fiquem bloqueados em contas apartadas para a geração de cotas de fundos de investimentos. Esse fundo seria utilizado para a viabilização de projetos de infraestrutura visando a rentabilidade e o retorno econômico aos cofres públicos.